

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	10
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	18
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	20
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	21
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	266.961
Preferenciais	534.042
Total	801.003
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	5	6
1.01	Ativo Circulante	5	6
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	5	6
2.01	Passivo Circulante	2	2
2.01.02	Fornecedores	1	2
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	1	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1	0
2.02	Passivo Não Circulante	88	49
2.02.02	Outras Obrigações	88	49
2.02.02.02	Outros	88	49
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	88	49
2.03	Patrimônio Líquido	-85	-45
2.03.01	Capital Social Realizado	396	341
2.03.02	Reservas de Capital	68	68
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	68	68
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-549	-454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10	-95	-14	-63
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10	-95	-14	-63
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10	-95	-14	-63
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10	-95	-14	-63
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10	-95	-14	-63
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10	-95	-14	-63
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01267	-0,1188	-0,01877	-0,08445
3.99.01.02	PN	-0,01267	-0,1188	-0,01877	-0,08485

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-95	-140
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-95	-63
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-95	-63
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	2
6.01.02.01	Aumento (Redução) em Fornecedores	0	2
6.01.03	Outros	0	-79
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	94	143
6.03.01	Integralização de Capital	55	173
6.03.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	39	-31
6.03.03	Reversão parcial resgate de ações	0	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6	5
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	8

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	341	68	0	-454	0	-45
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	341	68	0	-454	0	-45
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55	0	0	0	0	55
5.04.01	Aumentos de Capital	55	0	0	0	0	55
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-95	0	-95
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-95	0	-95
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	396	68	0	-549	0	-85

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168	67	0	-380	0	-145
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168	67	0	-380	0	-145
5.04	Transações de Capital com os Sócios	173	1	0	0	0	174
5.04.01	Aumentos de Capital	173	1	0	0	0	174
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-63	0	-63
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-63	0	-63
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	341	68	0	-443	0	-34

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-95	-63
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-95	-63
7.03	Valor Adicionado Bruto	-95	-63
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-95	-63
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-95	-63
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-95	-63
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-95	-63
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-95	-63

Comentário do Desempenho

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

As despesas relativas à fase em que se encontra são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição, em 31 de julho de 2000, além de adiantamentos para futuro aumento de capital, aportados pela sociedade controladora GP Investimentos S.A..

* * *

Notas Explicativas

Caconde Participações S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestre findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Caconde Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade social.

A Caconde é controlada diretamente pela GP Investimentos S.A., sociedade anônima fechada com sede no Brasil, que detém aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital pelo acionista controlador, GP Investimentos S.A. A GP Investimentos S.A. tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Caconde cumpra com suas obrigações correntes e eventuais obrigações futuras (nos próximos 12 meses), sempre que necessário, considerando sua atual situação econômico-financeira.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia para apresentação e aprovação do Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de novembro de 2011.

Notas Explicativas

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quanto indicado de outra forma.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, impostos diferidos ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo recebíveis relativos a serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são

Notas Explicativas

reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

c. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia considera, entre outras, as seguintes indicações:

- Fontes externas de informação
 - i. Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
 - ii. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.
- Fontes internas de informação:

Notas Explicativas

- i. Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- ii. Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;
- iii. Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

e. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

g. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

h. Resultado por ação

Notas Explicativas

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

i. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que a Companhia não apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

j. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/11	31/12/10
Bancos	<u>5</u>	<u>6</u>
	<u>5</u>	<u>6</u>

5 Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a recursos obtidos da sociedade controladora, a GP Investimentos S.A., no montante de R\$ 88 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2010), que serão utilizados em futuras integrações de capital.

6 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 396, representado por 801.003 ações, sendo 266.961 ações ordinárias e 534.042 ações preferenciais Classe B, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Reservas

A Companhia está autorizada a apropriar, no mínimo, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em razão de apuração de prejuízo não há resultados a serem distribuídos aos acionistas.

7 Despesas gerais e administrativas

Correspondem a gastos com anúncios e publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), contribuições e despesas bancárias.

8 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2011.

9 Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

Notas Explicativas

10 Gestão de risco

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possuía depósitos financeiros em instituição financeira nacional. Esse investimento está sujeito a exposição de risco de crédito.

Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e por isso estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Risco de liquidez

É o risco em que o grupo irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Notas Explicativas

11 Outras informações

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia está num período de prospecção de novos negócios. Os administradores da Companhia recebem uma remuneração fixa anual paga pela controladora GP Investimentos S.A. no montante de R\$ 6 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2010) cada diretor.

Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

Transações entre partes relacionadas

A Companhia não executou transações envolvendo partes relacionadas além do adiantamento para futuro aumento de capital descrito na nota explicativa nº 5.

12 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes significativos após a data de encerramento das informações financeiras trimestrais de 30 de setembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Caconde Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Caconde Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011, e as respectivas demonstrações de resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes (CNPJ 52.803.244/0001-06), entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou e revisou as demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias do exercício e período encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 30 de setembro de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha, por contrato, o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados de 24 de janeiro de 2011 e 30 de março de 2011, respectivamente, que não contiveram modificação.

São Paulo, 7 de novembro de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5

Orlando Octávio de Freitas Júnior Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP178871/O-4 Contador CRC 1SP222026/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Superintendente e o Diretor Vice-Presidente/DRI da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.031.213/0001-31, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 7 de novembro de 2011.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Superintendente

Fersen Lamas Lambranco
Diretor Vice-Presidente/ DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Superintendente

Eu, Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 7 de novembro de 2011.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Superintendente

Declaração do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Fersen Lamas Lambranhó, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 7 de novembro de 2011.

Fersen Lamas Lambranhó
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores